



OPERAÇÃO ARENA

PF investiga advogado e bet por lavagem e evasão

Um dos alvos é a PixBet, que patrocinou grandes clubes brasileiros, como Flamengo e Corinthians. O outro é o jurista Nelson Wilians, que pela segunda vez em menos de um mês esteve entre os objetivos de uma incursão policial

» DANANDRA ROCHA

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação Arena, que investiga um grupo empresarial suspeito de ocultar recursos obtidos com jogos de azar e apostas esportivas por meio de uma complexa estrutura financeira no Brasil e no exterior. Entre os alvos estava o advogado Nelson Wilians, em cuja residência foi cumprido mandado de busca e apreensão. A ação foi realizada em conjunto com a Receita Federal (RFB) e o Ministério Público Federal (MPF), e foi autorizada pela 4ª Vara Federal da Paraíba.

A ação de ontem é a segunda, em menos de um mês, a ter Wilians como um dos alvos. Em 15 de julho, autoridades cumpriram mandado de busca e apreensão na mansão do advogado e no escritório dele durante a Operação Distrato, conduzida pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos de São Paulo (Cira-SP).

A PixBet, empresa de apostas esportivas e jogos on-line controlada pelo empresário Ernildo Junior, também foi alvo. Está sob investigação na Paraíba — a sede é em Campina Grande — por suspeita de lavagem de dinheiro e apareceu na CPI do INSS em meio a suspeitas de vínculos entre a casa de apostas e envolvidos no esquema de descontos ilegais em aposentadorias. A PixBet patrocinou grandes clubes brasileiros, como Flamengo e Corinthians.

Wilians mantém vínculos profissionais e empresariais com o grupo ligado à PixBet. O advogado atua para a casa de apostas e para Ernildo Junior. Wilians também foi sócio de Fernando Cavalcanti, investigado no esquema de descontos ilegais do INSS. Cavalcanti, por sua vez, comandou uma fintech em parceria com Ernildo,

Polícia Federal/Divulgação



Sede da PixBet fica em Campina Grande, na Paraíba. Empresa patrocinou clubes como Flamengo e Corinthians

o XBank Digital, que também teve Wilians como sócio.

A defesa de Nelson Wilians informou que “a relação entre o escritório e a PixBet é estritamente profissional e decorre da prestação de serviços de advocacia” e que “a atuação do escritório em favor de seus clientes limita-se ao exercício regular da advocacia, não se confundindo com as atividades empresariais por eles desenvolvidas”.

A Operação Arena aponta que empresas constituídas fora do país podem ter sido usadas para criar a aparência de que as atividades eram administradas no exterior.

Os investigadores, porém, suspeitam que a condução operacional, administrativa e as principais decisões permaneciam em território brasileiro. Segundo a RFB, companhias estrangeiras teriam servido de justificativa para remessas expressivas de dinheiro ao exterior, embora não tenham sido identificadas atividades econômicas compatíveis com o volume de recursos movimentado.

Os investigadores também identificaram indícios de uma rede que envolveria empresas nacionais e estrangeiras, instituições de pagamento, operações de câmbio e ativos digitais. A

combinação desses mecanismos teria dificultado o rastreamento da origem e do destino dos valores. A apuração ainda levanta suspeitas de omissão de rendimentos e de uso irregular de estruturas empresariais para diminuir ou escapar da tributação.

Ao todo, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, além de medidas para acesso a dados bancários e telemáticos dos investigados. A Justiça determinou, também, o sequestro de patrimônio e valores de até R\$ 1,1 bilhão. As ações ocorreram na Paraíba, em São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro e Paraná.

Saulo Cruz/Agência Senado



Em menos de um mês, Wilians foi alvo de nova operação policial

Operação Distrato

Wilians fora um dos alvos da Operação Distrato. A investigação, que reuniu Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Ministério Público e Procuradoria-Geral do estado, com apoio das polícias Civil e Militar, apura um suposto esquema de comercialização irregular de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o MP-SP, um dos núcleos investigados teria ligação com o grupo econômico de Wilians.

De acordo com a apuração, escritórios de advocacia e empresas de consultoria teriam oferecido a

companhias créditos tributários sem respaldo legal, apresentados como alternativas de planejamento tributário para reduzir indevidamente o pagamento de ICMS. A Secretaria da Fazenda paulista calcula que o esquema tenha resultado na constituição de mais de R\$ 3,8 bilhões em créditos tributários contra 752 empresas.

Na operação de julho, foram cumpridas 38 ordens de busca e apreensão em São Paulo, Campinas, Jundiaí, Ribeirão Preto, Londrina e Cambé. Na ocasião, a defesa de Wilians afirmou que o escritório recebeu a medida com “serenidade, transparência e absoluto espírito colaborativo”.

Carlos Moura/Agência Senado



Carlos Roberto teve de explicar na CPMI envolvimento com desvios

Investigado na fraude do INSS se entrega

A Polícia Federal (PF) prendeu, na noite de quarta-feira, o presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), Carlos Roberto Ferreira Lopes. Investigado na Operação Sem Desconto, que apura um esquema bilionário de descontos indevidos em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ele era considerado foragido desde novembro do ano passado. Lopes se apresentou à Superintendência Regional da PF, em Brasília, para cumprir a ordem de prisão.

A Conafer aparece entre os principais alvos da investigação. Segundo a

PF, a entidade teria sido utilizada em um esquema envolvendo filiações fraudulentas e cobranças não autorizadas aplicadas a beneficiários do INSS. A apuração aponta que valores foram descontados diretamente dos benefícios sem o consentimento dos aposentados e pensionistas.

No relatório que encerrou a primeira etapa da investigação, a corporação apontou a necessidade de responsabilização de Lopes por organização criminosa, lavagem de dinheiro em caráter majorado, reiterado, e corrupção ativa majorada.

A prisão do dirigente ocorre semanas depois de a PF concluir a

primeira fase da apuração, que resultou no indiciamento de 48 pessoas. Entre os investigados estão o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto, o ex-procurador-geral do instituto Virgílio de Oliveira Filho, o ex-diretor de Benefícios André Fidelis e o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS. Lopes também foi formalmente indiciado nessa etapa, em que a Conafer foi apontada como principal alvo de um dos inquéritos. Todos foram investigados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que se encerrou no fim de março

após sete meses de funcionamento — mas sem a aprovação de um relatório final conjunto.

Em 17 de novembro do ano passado, a PF já havia cumprido mandado de prisão contra o presidente da Conafer, mas não conseguiu localizá-lo. Desde então, ele passou a ser considerado foragido. A época, a entidade negou que Lopes tivesse fugido e afirmou que ele estava em viagem em área de difícil acesso.

Antes disso, em setembro, Carlos Roberto chegou a ser preso em flagrante pela CPMI do INSS por mentir ao colegiado, sendo solto após pagar fiança. (Danandra Rocha)

SOCIEDADE

Justiça Militar condena coronel por livro

A Justiça Militar condenou o escritor e coronel Rubens Pierrotti Junior por denunciar suposta corrupção no Exército Brasileiro. A decisão, foi tomada em 6 de agosto por 4 x 1. O plenário era formado por quatro juízes militares e um civil (o único a votar contra).

A ação partiu de denúncia do Ministério Público Militar contra o autor do livro *Diários da Caserna: Dossiê Smart: A História Que o Exército Quer Riscar*.

A obra, diz a descrição, narra

“supostos crimes e improbidades administrativas de generais e oficiais de alta patente do Exército Brasileiro no desenvolvimento de um simulador militar de artilharia por uma empresa espanhola”. A defesa de Pierrotti defende que a decisão mostra um “deslocamento da realidade e da Constituição” da Corte. Segundo os advogados, a ação busca calar quem comentava eventos que a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e o

Supremo Tribunal Federal (STF) confirmaram ter ocorrido.

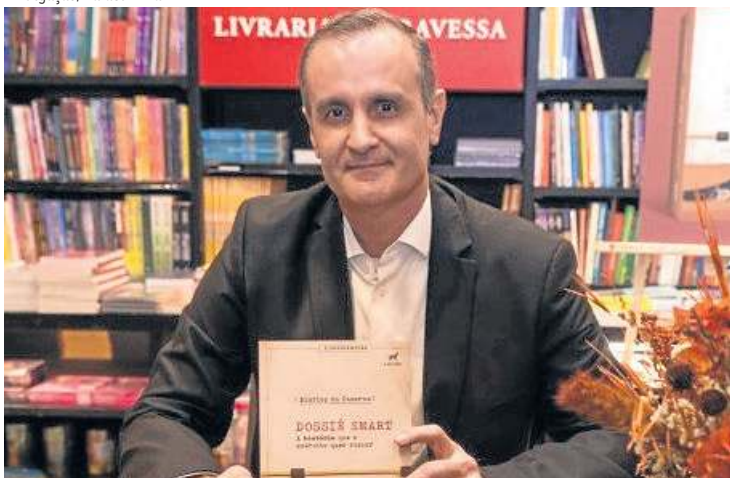
A nota cita, ainda, que os fatos mencionados no livro foram amplamente divulgados pela imprensa e culminaram na condenação de vários militares por tentativa de golpe de Estado.

O livro *Diários da Caserna* foi um dos livros finalistas do 67º Prêmio Jabuti (2025) na categoria Escritor Estreante — Romance. A obra se desenvolve por meio de entrevistas dadas por Battaglia

(alter ego do autor) a jornalistas investigativos.

A decisão da Justiça atribuiu a pena mínima ao autor e, por isso, foi suspensa. Pierrotti foi enquadrado nos artigos 166 e 219 do Código Penal Militar. O primeiro trata de “crimes contra a autoridade ou disciplina militar, insubordinação, publicação ou crítica indevida”. Já o 219, trata de crimes contra a honra e ofensa às Forças Armadas. A defesa afirma que irá recorrer da decisão.

Divulgação/Rafael Lima



Pierrotti chegou a ser finalista de uma das categorias do Prêmio Jabuti